

O ESTADO E O CONTROLE SOCIAL: A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL

Joana D'Arc Ferreira de Macêdo (autora)¹

Cleide Calheiros da Silva (coautora)²

Resumo

A política educacional teve como alicerce as mudanças que se arquitetaram nos bastidores da coletividade a partir da criação e homologação da CF de 1988, que veio guiando as demais normatizações de modo não revelado diretamente à sociedade.

Os documentos oficiais como LDB 9394/96, DCNEM, PCNEM, ENEM/98 foram decisivos para a regulamentação dessas “reformas”. As novas determinações dos documentos geraram outra realidade na educação nacional, as nomenclaturas foram cambiadas para que agissem no inconsciente da população e ganharam novos sentidos, o diretor da escola foi nominado como gestor, com muito mais atribuições comprometendo sua prática escolar. Todas essas ações intencionais trouxeram reformulações significativas no contexto social. O Estado se excluiu de sua responsabilidade e a transferiu para a sociedade.

Palavras-chave: Estado. Controle Social. Política Educacional. Política Social.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as concepções e abordagens da interseção que há entre política educacional e a política social e como o Estado exerce tal controle social sobre a sociedade.

Também tem como finalidade esclarecer como a sociedade entende essas políticas públicas regulatórias, através do discurso do governo, o modo como elas são apreendidas por essa mesma coletividade e como esses programas públicos agem nesse contexto social para o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais.

Para melhor esclarecer todo esse processo de entendimento de políticas públicas voltadas à educação e o seu entrecorte com a política social, este artigo também trará algumas sucintas abordagens sobre Estado, Política, Público e Privado.

É importante elucidar que há uma diferença entre políticas públicas e políticas sociais, as que pertencem a esse último grupo são as da educação, saúde, saneamento, habitação e segurança. Já as políticas públicas são as destinadas à atuação do Estado, tidas com mais amplas, como as políticas econômicas, administrativas, agrícolas etc. Toda política social é uma política pública de Estado, mas nem toda política pública é uma política social.

¹ Professora no Instituto Federal de Alagoas- Ifal; Campus Maceió. E-mail: joana.macedo@ifal.edu.br

² Professora no Instituto Federal de Alagoas- Ifal; Campus Maceió. E-mail: cleide.calheiros@ifal.edu.br

A teoria marxiana sobre o Estado está fundamentada sobre a valorização do capital e nos conflitos entre as classes sociais, na qual a elite elabora o modelo de Estado para o controle do caos social da forma que a essa elite seja conveniente.

Altvater apud Bobbio (1999) alega que

“É possível distinguir quatro funções fundamentais entre as desempenhadas pelo Estado contemporâneo: a) criação das condições materiais genéricas da produção (infra-estrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos nas sociedades capitalistas; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital nacional total no mercado capitalista mundial (E. Altvater, 1979)”. (Bobbio 1999, p. 404).

Com a citação acima observamos que o Estado está favorável ao processo de acumulação do capital que a partir das considerações marxianas, esse processo se explica pelo avanço do enredamento do método de produção, e dessa forma a intervenção do Estado se torna simples segurança formal do funcionamento da afluência mercantil.

Todo esse processo gera uma crise no Estado denominada de “crise de legitimação” que também é conhecida como “crise fiscal do Estado”, desse modo o Estado se vê incapacitado em seu comando político, desarticulado para lidar com as situações conflitantes que o capital central exige e também a força de trabalho explorada pelo sistema. A crise social está consolidada a partir da engrenagem entre os interesses do capital central e da falta de comando do Estado para lidar com essas situações antagônicas acima apresentadas.

Bobbio (1999, p. 955) afirma que “O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre o homem, não a do poder do homem sobre a natureza”. E que “Há várias formas de poder do homem; o poder político é apenas uma delas”.

O objetivo aparente da política é resolver os problemas gerais da sociedade, porém só consegue resolver alguns problemas pontuais e como os gestores políticos estão na classe dominante, os tais problemas pontuais são, na sua maioria, os que favorecem à mesma casta dos gestores.

A dicotomia que há entre público e privado se inicia pela expansão do capitalismo e a divisão do trabalho. Há uma intencionalidade de fazer com que a sociedade acredite nessa conceituação dicotômica entre público e privado. A partir do Estado moderno tal divisão foi acentuada e estabelecida à sociedade, na qual se transmitiu que o conceito privado está ligado ao mercado (econômico) e o conceito público ao estatal. Por conseguinte, “[...] as esferas do público e do privado, no capitalismo, correspondem a uma unidade contraditória de interesses sociais antagônicos” (Minto, 2005, p. 42). Aciole afirma que

quando muito caberia ao Estado “[...] regulamentar o mercado, mas não a ponto de impedir que este viceje e consolide” (Acirole, 2006, p. 44).

Acirole ainda assegura que, apesar do termo público estar ligado à coletividade, não se deve ter tal pensamento de dissociação entre público e privado, pois, desse modo, estaríamos corroborando com o pensamento liberal. Os dois termos citados, público e privado são imprescindíveis para a compreensão de ambos, não há o entendimento de um sem o outro, daí já observamos o paradoxo entre os dois termos ligados pelo mercado (econômico) e pelo estatal (política).

A ampliação do capitalismo e o estabelecimento do Estado fez com que este último represente legalmente o bem comum e o interesse público. Os serviços públicos ou os serviços civis foram seu instrumento de ação, isso é claro, conforme os interesses adversos.

Borón (2003) *apud* Costa e Prêdes et al (2010) esclarecem que

“[...] renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas ‘instituições’ guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico [...]” desdobram para amputar ao Estado todas as “[...] suas capacidades regulatórias” e manter a imagem dicotômica do *público e do privado*, na qual há uma redução e até liquidação da esfera estatal em favor do fortalecimento do setor privado da economia” (Costa e Prêdes et al, 2010, p. 378).

O Estado, nessa situação, passa a ser apenas o gerenciador e financiador dos problemas sociais da coletividade, através de suas políticas sociais que, nesse contexto, se reintegra aos comandos do mercado e, nesse processo, é mais uma estratégia para ampliação e manutenção da produtividade da mão-de-obra assegurando todo o arcabouço de produção de mercado.

Assim, mostra-se claramente que o resultado das relações de produção do capital pode se transformar em recursos públicos ou para financiar a própria acumulação do capital.

Metodologia

A metodologia utilizada em toda a pesquisa foi a Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1938-1983) para a elaboração de uma tipologia discursiva. De modo concreto, o presente estudo se insere na corrente teórica da Análise de Discurso, ligado à linha de seu fundador, Michel Pêcheux (1975). Essa metodologia é concebida como modelo de investigação científica que, segundo Maingueneau (1989), surgiu na década de 1960, associada a uma tradicional prática escolar francesa: a explicação de textos. Trata-se,

portanto, de uma metodologia que, privilegiando a interdisciplinaridade, articula pressupostos teóricos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise.

No Brasil, a Análise do Discurso, trazida da França por Eni Orlandi, somente teve repercussão a partir dos anos de 1980, quando da abertura política, após o regime ditatorial. Daí em diante, essa metodologia vem ultrapassando fronteiras e ganhando impulso na América Latina, realizando diferentes diálogos teóricos que deram lugar as suas diferentes vertentes. Dentre essas, neste trabalho, estamos dialogando com a de matriz francesa e sua interlocução com o Materialismo Histórico Dialético, a partir de Pêcheux (1997, 2009), Marx (2007, 2008), Bakhtin (2010), Orlandi (1995, 2010).

Referencial Teórico

A política social

O enfoque sobre os debates dos programas de renda mínima que foram priorizados no contexto político de vários países, a partir das décadas de 1980 a 1990 e como esses programas favoreceram o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais. A organização sobre as redefinições do Estado de Bem Estar Social e as suas políticas universalizantes que partem dos chamados países centrais, aqueles que detêm o comando das organizações capitalistas, surgiram com mais intensidade após o aparecimento da chamada nova pobreza³. Com essa estrutura de comando, gera-se a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a regulação da pobreza, que este último está inserido nos programas compensatórios de renda mínima para os mais carentes economicamente, investimento em educação, saúde e capital humano. Pela via dessa sistemática se percebe que se trata de um processo para regulamentação da sociedade, nos padrões apropriados aos interesses do capital.

Baseados na nossa realidade brasileira, os programas sociais de auxílio de renda foram dirigidos às populações extremamente pobres ou miseráveis e ao mesmo tempo atrelados à educação.

Ferreira assegura que

Uma análise geral dos programas e projetos implantados no período nos revela a preocupação do governo em diminuir o chamado “custo Brasil”, privatizando empresas estatais e regulando os serviços sociais de forma que passaram a focalizar uma parte da população “em risco social” e, no caso da

³ Verificar OLIVEIRA, Dalila. A. & DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza.** *Revista Perspectiva*. Santa Catarina, vol.23, nº02, p. 279-301, jul./dez. 2005.

educação o critério foi o cumprimento da formação básica para a população de 7 a 14 anos (entendida como domínio da leitura, escrita e primeiros números) como necessidade para uma colocação no mercado de trabalho. (Ferreira, 2009, p. 256 – 257).

Esse processo de agregação da falta de poder aquisitivo à educação é relevante, pois, é nítido o interesse dos órgãos internacionais que comungam com o capital, como articular e programar a educação nos países periféricos, principalmente aquela que é voltada à formação do trabalhador. Com essa estratégia, indica uma intencionalidade para a obtenção do controle social dessa população, formando indivíduos reprodutores da ideologia dominante, acríticos e apenas voltados para o mercado de trabalho. Desse modo e com indignação, percebe-se apenas a necessidade de um certificado para a comprovação da escolaridade exigida pelo sistema e não a formação de indivíduos críticos, emancipados.

A democratização da educação, no final da década de 1970, e início dos anos 1980, trouxe a difusão de programas que visavam à “educação para todos”, como expansão da escolaridade aos cidadãos brasileiros, com a oferta de quatro anos para oito anos de escolarização. Estendem-se os anos, mas recua-se na qualidade; aumentam a evasão e a reprovação, resultantes da precarização do ensino. Também é constatável que a escola oferece o que o mercado requisita. Muito se observa deste exemplo na conclusão do Ensino Médio, para o indivíduo que necessita garantir a sua sobrevivência básica, pela inserção no mercado de trabalho de forma imediata, ou seja, tendo como imperativo sobreviver e não estudar (*primum vivere deinde filosofare*), no sentido de buscar a compreensão do meio social e a sua emancipação como sujeito que não apenas nela se insere, mas dela participa e faz história.

Uma educação ofertada em tempo reduzido significa menor custo para o Estado e tem como consequência a obtenção de força de trabalho mais barata, o assujeitamento aos imperativos do Capital, a aceitação às condições precárias de trabalho. Há uma naturalização dessas condições. Ao ofertar o ensino, dito de qualidade, o Governo e a classe dominante silenciam que essa qualidade se refere à formação de um trabalhador “eficiente”, qualificado para sua adequação a uma sofrida rotina de trabalho, sempre em busca da mais-valia – para o proprietário – em troca de um salário que mal atende às necessidades mínimas de sobrevivência.

No Brasil a política social é submetida à política econômica que visa prioritariamente à manutenção da pobreza - o governo é quem estabelece essa faixa de pobreza - na oferta de medidas paliativas, através de programas assistenciais que silenciam e camuflam a realidade social.

Draibe (1997) apud Oliveira e Duarte (2005), intitularam de “Receituário das mudanças na área social” uma ideia clara e categórica que expõe um diagnóstico das reformas das políticas sociais e dos programas sociais em sete países da América Latina, elucidando o que é necessário para que essa transformação ocorra: 1) ajustes fiscais que facilitaríamos os ajustes macroeconômicos e que trariam o empobrecimento da população, recessão sobre o emprego, renda e redução dos serviços sociais; 2) pobres e vulneráveis são alvos estratégicos da reforma social; 3) programas de caráter produtivo, investimento em capital humano.

Verificam-se, de modo incontestável, os estratagemas elaborados para que os opressores consigam firmar a total regulação da pobreza. Essa parte da população, sempre necessitada, se torna dependente dessas miseráveis ajudas sociais, por meio do ciclo estratégico para a ampliação e manutenção de programas que funcionam como mecanismos de servidão ao sistema capitalista.

O Estado e o controle social

Iniciamos a exposição sobre o Estado e o controle social, assim, verificamos que os homens, como seres sociais, desenvolvem suas atividades conforme suas limitações sociais, educacionais, financeiras e também conforme as limitações que a eles são impostas pelo sistema capitalista. Mas são esses mesmos seres que formam a estrutura social e o Estado, em determinadas condições de produção. Marx afirma que “o Estado encontra a sua razão última de ser, a sua essência, na sociedade civil e expressa essa razão de ser. E que, nesse sentido, nenhuma inversão é possível” (Marx, 2010, p.21). Não é a consciência que determina a vida em sociedade, porém a vida é que determina a consciência, daí a linguagem perpassa a consciência e o grau de consciência corresponde ao grau social.

Por um contrato social o Estado burguês foi instituído para conciliar os interesses coletivos da sociedade; ele ordena a sociedade civil, embora permaneça a contradição entre o público e o privado e entre os interesses coletivos e particulares. O Estado se vê impotente para administrar essas contradições sociais (males sociais), visto que ele próprio também é reprodutor dessas relações sociais contraditórias. Quando diagnosticados os problemas sociais, estes são, muitas vezes, atribuídos às *leis naturais* e, como o Estado não incide sobre os motivos fundamentais dos problemas sociais, ele se põe como incapaz de resolver tais problemas.

Frigotto afirma que

[...] o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, [...] (Frigotto, 2010, p. 13).

Concordando com Frigotto, observa-se a falta de vontade política de encontrar soluções eficazes para determinados problemas sociais. Ao elaborar políticas e programas sociais de cunho temporal e paliativo. Na tentativa de um engajamento junto ao Estado buscase, pela aproximação ao poder, uma forma de emancipação das classes dominadas. Segundo Marx (2010), esta ação é o verdadeiro significado da revolução burguesa, no encalço de aprofundar a emancipação humana que somente poderia acontecer, de fato, com a alteração da raiz da sociedade civil. Ainda encontramos em Marx que “A essência humana é a verdadeira comunidade humana” (Marx, 2010, p.27-28). Voltando ao que foi dito anteriormente, o Estado deve procurar e reconhecer a essência dos verdadeiros problemas sociais e não os camuflar com medidas paliativas.

Percebemos que há uma dificuldade de o Estado se libertar das amarras do passado e se atualizar de fato na conjuntura política, o que nos faz lembrar Coutinho no livro *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo (2006)* que evidencia três exemplares que ajudam a refletir sobre o processo de transição para a modernidade que o Brasil vivenciou. O primeiro é o conceito de “via prussiana”, criado por Lenin, no qual ele ressalta “um tipo de transição ao capitalismo que conserva elementos da velha ordem e, nessa medida, tem como pressuposto e como resultado um grande fortalecimento do poder do estado”. O segundo surge em Gramsci análogo ao primeiro, “o conceito de revolução passiva”, que Gramsci o chama de “os processos de formação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos”. O terceiro, dito por Coutinho “mais acadêmico”, o conceito de “modernização conservadora”, ou seja, “a conservação de várias características da propriedade fundiária pré-capitalista e, conseqüentemente, do poder dos latifundiários, o que resulta do fato de que a ‘moderna’ burguesia industrial prefere conciliar com o atraso a aliar-se às classes populares”. (Coutinho, 2006, p. 174-175).

O mantra de colaboração é bem antigo, vem desde a igreja católica na Idade Média com o seu poder, na qual ela era também parte do Estado e assim como as políticas públicas,

da Idade Média, trazem o seu papel coercitivo, pela memória histórica das encíclicas papais que também impunham tal prática.

Resultados e Discussões

A política educacional

Há um entrelaçamento entre política social e educação, como forma de (re)produzir as condições do mercado de trabalho nas artes, cultura, economia, política, enfim todas as manifestações sociais dependentes intrinsecamente e ontologicamente do conhecimento. Sem isto é impossível uma produção social humana. Corrobora-se o raciocínio acima com o pensamento platônico de que a educação deveria ser dada a todos, mas segundo suas almas. Assim, se cada um cumprisse sua função social não haveria caos.

Platão irá analisar em sua obra *A República* a questão política enquanto organização social complexa e problemática que na *polis* envolve o indivíduo com suas posturas e estas refletem o que é a cidade-Estado. É central dizer que o homem é sua alma, sendo este, ao mesmo tempo indivíduo e cidadão. A cidade- Estado é o ceio de todos os valores morais, bem como a única forma possível de sociedade. “ Um Estado nasce porque cada um de nós não é autárquico, ou seja, não se basta a si mesmo e tem necessidade dos serviços de muitos outros homens”. (Reale & Antiseri, 1990, p.162).

Para Platão são três as partes da alma: a apetitiva, a irascível e a racional. O conceito se alinha com o de alma: cada um deve agir segundo sua natureza. Assim, “a cidade perfeita deve contar com uma educação perfeita”. (Idem, p. 164)

Na última década do século XX se observou o imperativo da implantação de reforma educacional, tanto em alguns países da América Latina, incluindo o Brasil, como em países denominados centrais do comando do capital.

Esse termo “reforma” tem sido empregado com muita evidência no âmbito da educação. A palavra reforma traz a conotação de melhoria, de mudança progressiva, mas no contexto neoliberal “reforma” adquiriu outra acepção. Para melhor esclarecer o uso subjetivo da referida palavra, trazemos Oliveira que alega

A palavra ‘reforma’ foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de ‘reforma’. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do ‘estatismo’, [...]

[...] Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle [...] (Oliveira, 2010, p. 35).

O que presenciamos, pois, é exatamente a inversão de sentido a que Oliveira se refere. O discurso neoliberal apropria-se do termo “reforma” exatamente para conseguir o efeito de sentido do discurso de esquerda, procurando difundir a ilusão de que perseguem os mesmos ideais. No entanto, as condições em que o discurso é produzido é que apontam que o sentido pode ser e é outro, numa manobra para efetivar sua posição e, assim, confundir e homogeneizar sentidos antagônicos.

Parafraseando Krawczyk e Vieira (2008) percebemos a necessidade da implantação das “reformas” educacionais, no momento em que se instala a iminência de crise do Capital, (interior ou exterior), afetando o sistema educacional. Na busca de um Estado mínimo, com menos responsabilidades, os recursos para a Educação são reduzidos, deixando esta pasta prejudicada, por não constituir prioridade. São “reformas” que vêm envolvidas por uma capa de uma educação cidadã, mas que se direcionam na direção contrária a uma visão progressista, que pensa o aluno como sujeito de suas ações, produtor da sociedade, capaz de realizar escolhas, a partir da realidade da qual faz parte, em busca de empreender as necessárias mudanças, em prol de uma igualdade social, em que seus direitos sejam respeitados.

Há uma velada intenção de controle social no discurso do governo, em relação às políticas sociais, educacionais, enfim, na concepção das políticas públicas, sempre no encalço de educar os sujeitos para serem inseridos na sociedade de classes, própria do sistema capitalista que, para assim permanecer, precisa manter a divisão de classes entre os que mandam e os que obedecem e seguem seus princípios.

Esse processo é desvelado na geração dessas políticas, quando se verifica uma lógica que remete ao método cartesiano como Krawczyk menciona “normativo-dedutiva”, no qual se observa que há uma dicotomia na elaboração dessas políticas, quem as cria e quem as executa e, a partir daí, entende-se que esses processos são regulatórios, advindos do poder central e impostos à sociedade.

Para corroborar com o que foi dito no parágrafo acima, leia-se a citação de Krawczyk e Vieira sobre a reforma educacional

[...] consequência da fetichização da necessidade do conhecimento instrumental [...]
[...] apresentada à sociedade como estratégia necessária para racionalizar os investimentos e a gestão pública, e não como a finalidade última do projeto de desenvolvimento neoliberal. (Krawczyk e Vieira, 2008, p. 16).

Retomamos ao período absolutista de governo, no Brasil de 1937 a 1945 e depois de 1968 a 1985, para se ressaltar que as experiências e consequências das ditaduras causaram à sociedade uma fragilidade socioeconômica e política, e que o Estado brasileiro apresentando tal vulnerabilidade é submetido às imposições de modelos internacionais de planos governamentais que também são voltados à educação. Essa lacuna aparece devido à falta de uma estrutura sócio histórica para a implementação de um sistema político nacional, independente dos modelos internacionais implantados. Em decorrência dessa carência estrutural da educação, esta não consegue cumprir sua função básica e, como efeito dessas articulações, aprofundam-se ainda mais as desigualdades e a exclusão social.

Uma passagem de Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere* (2001), no caderno 22: *Americanismo e fordismo* o autor relata que para se sair de um antigo individualismo econômico e para se chegar a uma economia programática, deve-se atravessar consequências fundamentais para esse processo, como a manipulação e racionalização das forças subordinadas e a não resistência dessas forças. Nesse texto Gramsci (2001) descreve nove problemas que ele julga serem os mais significativos, em que se verifica a forma cruel e falaciosa que é utilizada para a repressão desses indivíduos. Segue uma síntese dos nove problemas citados pelo autor: substituição da camada plutocrática (novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital); questão sexual (repressão dos instintos); constituição de uma época histórica (revoluções passivas ou o contrário da revolução tipo francesa); questão da racionalização (classes parasitárias); estrutura jurídica formal (de onde surgirá o desenvolvimento do aparelho produtivo); altos salários (pagos pela indústria fordizada); Fordismo (lei tendencial da queda da taxa de lucro); Psicanálise (aumento da coerção moral), Rotary Club e a Maçonaria.

Faleiros (1991), para determinar os processos que definem as políticas sociais, pelo discurso dos países de capitalismo avançado que pregam a igualdade para todos os cidadãos, através das políticas sociais, remete-se ao *Welfare State – Estado do Bem-Estar*, pelo qual o Estado garante ao cidadão, sempre de modo limitado a alguns serviços e assistência social mínima para todos direitos veladamente cerceados. Salientando que esses reduzidos direitos adotados no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) só 27 anos depois foram concedidos - no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Considerações Finais

Desse modo, voltamos a Gramsci (2001) sobre um dos nove problemas citados anteriormente, neste caso o da psicanálise, a partir do qual o Estado se utiliza da coação moral sobre os cidadãos e das crises mórbidas que esta determina. Um exemplo óbvio desse problema é o processo pelo qual o cidadão necessitado de auxílio por incapacidade de produção de força de trabalho é submetido a um longo percurso humilhante e burocrático vendo-se envolvido em uma trama de julgamentos de idoneidade; todos esses processos surgidos diante de uma carência da qual ele não foi o elaborador e muito menos o responsável e ainda o antagonismo de sua realidade em uma sociedade compulsivamente competitiva e consumista. Corroborando que caso se consiga esse auxílio, será apenas por um período provisório de curtíssima duração.

Com isso constatamos mais uma vez a política dominante capitalista e individualista, na qual o cidadão é responsável por si e que a função do Estado de proteção social para com ele é meramente formalidade.

O mecanismo fiscal do imposto negativo é mais uma comprovação de que quem financia os cidadãos carentes é a sociedade produtiva; ali se determina uma renda mínima para a contribuição do Imposto de Renda. O imposto negativo está fundamentado na existência da desigualdade social, na pobreza. É através dele que o Estado também arrecada montantes para os cofres públicos.

Gallo, *et al.* (2009) em seu livro *Fundamentalismo e Educação – A Vila*, aborda o conceito do *biopoder* pensado por Foucault (1977) que é exercido não mais sobre o corpo do indivíduo e sim sobre toda a população. Este conceito relata que o soberano tinha o poder de matar seu súdito ou deixá-lo viver. Nos Estados modernos esse conceito é aplicado no controle da vida ou morte desse indivíduo, esse processo se dá de modo muito claro, através das políticas sociais (controle da educação – limites da aprendizagem, saúde – por exemplo: as vacinas, previdência social – as aposentadorias, das leis, etc).

Faleiros (1991) relata que as políticas sociais de assistência são elaboradas de modo distinto em cada país e na Inglaterra apenas 42% da população recebe essas “ajudas sociais”. Essa regulamentação de ativos e não ativos para a produção de mão-de-obra é estabelecida pela necessidade de aumento da produção e lucro do capital, ou seja, somente 58% da população possui esse perfil de trabalhador ativo para o crescimento do capital.

A expressão *laissez-faire* era defendida pelos liberais conservadores para a produção e o comércio sem restrições, a outra expressão *workfare*, sua apologia era sustentada pelos liberais e pelos trabalhistas; estes eram a favor da manutenção do mercado de trabalho para o atendimento das necessidades. Parafraseando Mészáros em *Para Além do Capital* (2002), o interesse dos dois grupos de liberais é exclusivamente a aproximação, crescimento e conservação do capital, como é atualmente para qualquer capitalista.

REFERÊNCIAS

ACIOLE, G. C. **A saúde no Brasil: Cartografia do público e do Privado**. São Paulo, Hucitec, 2006.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. Et al. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 12ª ed. Vols. 1 e 2, 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação**.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 29/09/2009.

_____. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Brasília, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BAKHTIN, M. & VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas, In: LIMA, Júlio C. F. & NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional>> – Acesso em 16/09/2009.

DRAIBE, S.A. **A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas?** In: DINIZ, E. AZEVEDO S. *Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília, Universidade de Brasília, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo, Editora Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FERREIRA, Eliza B. & OLIVEIRA, Dalila A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**, in: SILVA, Luiz Heron (org) *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI.** Conferência de Abertura da XXXIII (ANPED). Caxambu, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** vol. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

KRAWCZYK, Nora Rut. & VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América Latina:** uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo, Xamã, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo. Martin Claret, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo, Expressão Popular, 1ª edição, 2008.

MINTO, L. W. **O Público e o Privado nas reformas do ensino superior brasileiro:** do golpe de 1964 aos anos 90. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social:** uma nova regulação da pobreza. Revista Perspectiva. Florianópolis, vol. 23, nº 02, p. 279-301, jul/dez 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos.** 9 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PLATÃO. **República.** Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de Enrico Corvisieri.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia.** São Paulo: Paulus, 1990.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Trad. Cláudia Schilling. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Gallo. VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Fundamentalismo & Educação – A Vila.** Belo Horizonte, Autêntica, 2009.